

## A DIVISÃO DO MATERIAL DO D. A. S. P.

E. L. BERLINCK

Da Comissão Central de Compras

Na *Revista do Serviço Público*, números de janeiro e fevereiro d'este ano, tentámos fazer a análise da situação do "problema dos materiais" de uso do Governo Federal. Inspirou-nos então a idéia de — examinando o estado atual do abastecimento das Repartições e apontando as falhas mais importantes — mostrar o que poderia ser feito para corrigi-las. As conclusões então publicadas, em forma de diretrizes, tinham um caráter muito geral. A maiores detalhes não convinha chegar, porquanto, esperada como era a criação do novo órgão previsto no art. 67 da Constituição do Estado Novo, transcrito logo no início do referido trabalho, a êle deveria caber a tarefa de detalhar o que o bom senso indicava como norma para a racionalização do abastecimento das Repartições. Como rumo, tomámos então o seguinte: a confecção, execução e controle da execução do orçamento do material exigiam fôsse resolvida uma série de problemas primários, que constituem as etapas por que passa o material, desde o orçamento até o seu emprêgo.

Cada um d'esses problemas precisava receber uma solução condigna para que o orçamento, e a sua execução se tornassem uma realidade isenta dos graves falseamentos que então se observavam.

Apontámos, então, que da cadeia de operações elementares — composta do orçamento, especificação, compras, recepção, guarda, distribuição e comprovação do emprêgo — somente a operação de comprar tinha recebido uma solução que apresentava o máximo de racionalização compatível com a legislação em vigor.

As outras etapas estavam praticamente abandonadas, apesar das leis e regulamentos que, em letra de fôrma, flutuavam no espaço sem desce-

rem ao terreno das realizações úteis. Mostrámos, ainda, que a criação de um órgão especializado, para tratar de forma permanente do problema do material seria altamente útil à Nação. O exemplo da criação da Contadoria Central da República, que veio pôr em execução normas gerais de escrituração pública estabelecidas por D. João VI e que nunca foram praticadas — apesar de dezenas de ordenações que nesse sentido foram baixadas, em refôrço da primeira, no Império e na República — serve para demonstrar que, pelo menos no Brasil, decretá-las sem prever simultaneamente a existência de um órgão orientador e fiscalizador é dar trabalho à imaginação, aos prelos, e nada mais.

No campo do material, algo já existe talvez muito perfeito nos regulamentos e instruções de contabilidade pública, mas os órgãos de fiscalização da prática dessas regras relativas ao material não têm podido se desobrigar cabalmente de tão importante tarefa, pelo acúmulo de obrigações mais urgentes que os solicitam em outros sentidos.

Ademais, o tratamento de certas questões relativas ao materiais envolve uma técnica, que vai muito além do que é de se esperar de contabilistas que têm a sua especialização nitidamente delimitada, em um campo não menos útil e nobre, mas diferente.

Assim, por exemplo, um balanço de almoxarifado exige, naturalmente, o conhecimento dos materiais nele existentes, para que seja garantida a comparação do escriturado com o existente.

Não é desaire dizer que essa operação se torna pesada e difícil, para quem não tenha o trato diário com os materiais de uso do Governo, e que a anarquia da nomenclatura dos artigos, ora

existente — a mesma coisa recebendo diferentes denominações à vontade dos funcionários — concorre ainda mais para entravar uma atuação rápida e eficiente.

Vê-se, pois, que aos órgãos do Governo que existiam antes da criação dos Serviços de Material dos Ministérios, penoso e improficuo se tornava o trabalho de controlar a existência dos "stocks", dado o acúmulo de obrigações que daí resultariam para eles e à falta de um corpo de funcionários especializados que tal operação requer.

A criação dos Serviços de Material dos Ministérios, a exemplo dos que já existem nos do Trabalho e da Educação, poderá solucionar definitivamente o problema do controle da escrita dos Almojarifados.

Alem dessa ajuda importantíssima, mais funções lhes podem ser atribuídas, tais como o zelar pelo bom emprego do material, evitar que se acumulem *stocks* desnecessários e fazer observar a padronização do material.

Relativamente à padronização, tão essencial à boa marcha do abastecimento, o Estado Novo terá que empregar fórmulas diferentes. Para sua realização, entram em linha de conta, obrigatoriamente, pesquisas científicas e industriais, consultas às estatísticas de consumo das Repartições e às possibilidades da Indústria Nacional.

Um outro setor terá, pois, que entrar em atividade, explorando uma linha de especialização bem definida e diferente daquelas que cuidam do registro do patrimônio e do bom emprego do material. Paralelamente aos serviços de orçamento, aquisições, registro e controle do emprego dos materiais, deverão se desenvolver estudos técnicos visando à especificação e à padronização dos artigos.

Temos, assim, nitidamente definidas tres espécies de atividades: a *administrativa* e *contabil*, a cargo dos Serviços de Materiais e das Repartições, a *comercial*, a cargo da Comissão Central de Compras, e a *técnica*, que certamente será atribuída ao Instituto Nacional de Tecnologia.

A divisão nesses tres grupos fundamentais não implica numa definição rigorosa dos respectivos serviços, porquanto eles são por demais entrosados para que se possa afirmar que uma forma de atividade exclua as demais.

Assim, os Serviços de Materiais têm que preparar seus programas de compras e velar pela padronização, ao mesmo tempo em que a C. C. C., aplicando as especificações adotadas, contabiliza a despesa, e o órgão técnico, para desempenhar cabalmente a sua incumbência de preparar e propor os padrões do Governo, deverá levar em conta o vulto das compras e as estatísticas de consumo e estudar o emprego do material a padronizar nas Repartições.

Si procurarmos a subordinação administrativa dos vários departamentos, veremos que a C. C. C. depende do Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério do Trabalho, e os Serviços de Material, dos respectivos Ministérios.

A observação feita dessa maneira nos mostra uma série de funções dependentes de sujeições administrativas diversas e com finalidades diferenciadas, obrigadas a colimar, dentro da maior harmonia, para um fim único: a racionalização do abastecimento.

A dispersão dos serviços essenciais à boa solução do problema dos materiais, pelos vários setores de atividade e Ministérios, é uma fonte, si não de atritos, pelo menos de esmorecimentos de esforços e de enfraquecimento do espirito de colaboração.

Mais difícil problema de "team work" talvez não exista.

E no entanto a melhor harmonia e a maior conjugação de esforços são imprescindíveis.

Isso dificilmente se conseguiria sem um órgão coordenador e orientador. Foi, pois, felicíssima a idéia de armar o Departamento Administrativo com uma Divisão de Material.

Essa Divisão, que só poderia ser dispensada si o Governo criasse um Departamento de Material enfeixando os diversos serviços ora a cargo dos varios Ministérios, será certamente o cérebro de todo o complexo organismo constituído pelos órgãos que trabalham com a finalidade de provêr as Repartições do material de que realmente necessitam, com o menor dispêndio e a maior rapidez possíveis.

Sua atividade deverá ser, pois, de orientação, e a parte executiva entregue aos serviços especializados que se desenvolverão até o ponto que a Divisão julgar conveniente.

Aqueles que se acham empenhados na realização de uma obra, e aos quais toca o dever de erguer uma parte do conjunto, conhecem o valor dos planos bem arquitetados no silêncio dos gabinetes.

Longe do bulício do trabalho material, o cérebro como que prevê o futuro, pelo exame do presente e a experiência do passado.

A Divisão do Material do D. A. S. P. certamente será o arquiteto do plano destinado a resolver definitivamente o problema dos materiais do Governo.

Nesse ponto deverá ela, talvez, ater-se a um princípio de filosofia helênica segundo o qual "A ação seria uma sorte de enfraquecimento ou degradação do pensamento". (\*)

Na época atual — de um dinamismo que muitas vezes não passa de agitação — essa idéia pode parecer um preciosismo filosofico; basta, porém, atender que o pensamento precede e guia as realizações, que, em geral, ficam muito aquém do idealizado.

---

(\*) Bergson: "*Les deux sources de la morale et de la religion*".